



Local: salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

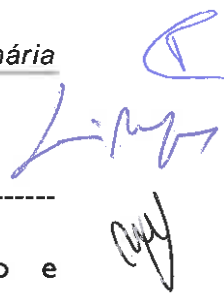
Data: 25 de abril de 2023 -----

Abertura da reunião: nove horas e vinte e cinco minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, Rui Manuel Tavares Dionísio deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Luís Manuel Costa Rodrigues, desempenhado as funções de primeiro secretário e, Marlene Fernandes, segunda-secretária. -----

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Lisete Osório, por Mariana Alvim, de Márcio Morais, por Ana Azevedo, de Manuel Paiva, por António Lareiro e Américo Moreira, por Augusta Andrade e comunicou a ausência do presidente da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, José António Guedes. Conforme havia dito em sessão de 24 de fevereiro, na qual pediu um minuto de silêncio, cabe a todos alimentar a democracia e reforçar a importância de viver em paz, assim como, na sessão de 29 de abril de 2022, disse que sendo esta Assembleia a casa da democracia do poder local deveria a Mesa associar-se às comemorações do 25 de abril. Assim a realização da sessão da Assembleia Municipal, neste dia, visa celebrar essa mesma liberdade e dignificar a Assembleia porque não se pode pensar que falar em democracia e liberdade se trata de um dado adquirido mas, sim, ter presente que isso deve constituir um desafio diário na sua construção e afirmação. -----

Neste período de antes da ordem do dia pretende-se solenizar o 25 de abril com a mensagem “Multiplicar a liberdade e afirmar a democracia”. -----

Passou a palavra ao senhor presidente da câmara para proferir o seu discurso, depois respetivamente, aos representantes dos grupos municipais da CDU, António Lareiro, do PNT, Paulo Tolda e do PPD/PSD.CDS-PP, Sara Gouveia e depois, ele próprio, encerrou este momento referente ao ato solene do 25 de abril. -----



As referidas intervenções passaram a constituir o anexo I à ata. -----

O **presidente da Mesa da Assembleia** partilhou alguma informação e correspondência no âmbito das ações em que participou e disponibilizou o documento para consulta dos interessados. -----

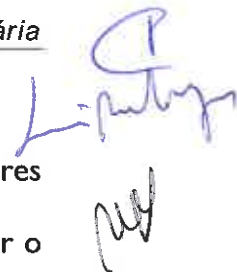
Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. ----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Presidente da junta de freguesia de Armamar, Afonso Gouveia, cumprimentou os presentes e aproveitou esta data, 25 de abril, para agradecer ao professor Ricardo Pereira, da escola de música “Cem Notas”, a atuação dos seus alunos no hastear da bandeira. Relembrou o senhor presidente da Assembleia Municipal que 25 de abril tem um significado muito forte e é agradável de se dizer. Recordou que à data da revolução tinha onze anos e lembra-se do envolvimento que existiu no concelho de Armamar, com uma força militar em grande parada, devido ao facto de haver no concelho a pista de aviação do São Gregório. As comemorações do 25 de abril, em Armamar, tiveram início em 1986 na pessoa do presidente de junta de freguesia da altura, o senhor Afonso Bernardo e restante executivo. Um ano depois, pela primeira vez, foi feita a comemoração da corrida da liberdade que dura até aos dias de hoje, daí o seu propósito nesta intervenção. Disse que o entristece bastante o facto de saber que, neste momento, estão a acontecer essas corridas e não pode estar com os participantes que se associam às mesmas desde os mais pequenos aos mais velhos. Para si estar com essas pessoas era motivo de satisfação e liberdade, mas foi impedido de o fazer porque não tiveram respeito por este momento que a junta de freguesia de Armamar, tem organizado, ao longo dos anos. De qualquer modo, a junta de freguesia fez o que estava ao seu alcance, e para além das corridas irá haver, um momento, no período da tarde, no polidesportivo de Armamar, no qual espera poder estar presente. Dirigindo-se ao presidente da Assembleia Municipal disse que se sente insatisfeito com esta atitude e

espera que no futuro, mesmo que entendam celebrar desta forma o dia 25 de abril, respeitem e questionem a junta de freguesia quanto à existência de programa para este dia. Para o ano serão comemorados os 50 anos e a junta de freguesia de Armamar está a trabalhar no sentido de fazer algo diferente e marcante. -----

Dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara Municipal endereçou os parabéns à câmara municipal pelo evento da Montra Vínica que para si foi muito agradável, desejando que continuem a dar a oportunidade aos vicultores de divulgarem os seus produtos. Referenciou a requalificação do Polidesportivo de Armamar pois a mesma dignificou o espaço, tornando-o mais agradável para a prática desportiva. Elogiou o desenvolvimento das obras que estão em curso, no concelho, concretamente, na sede, como o pavilhão gimnodesportivo, que será uma mais-valia para todos os armamarenses. A requalificação da adega cooperativa também está quase concluída e é mais uma excelente obra que veio valorizar um espaço que estava esquecido e obsoleto. Perguntou ao senhor presidente da Câmara Municipal quais foram os critérios para atribuição de bolsas de estudo aos alunos do ensino superior. Em sua opinião todos devem ser vistos de igual modo mas o que interpretou depois de ver a listagem dos contemplados é que alguns estão a omitir informação. Deve haver seriedade nestas questões e para evitar injustiças deveriam beneficiar quem realmente precisa, nem que seja em valor superior e a todos os outros atribuir um valor simbólico. Todos são estudantes e lutam pelas mesmas causas e serão eles o futuro do concelho. Mudando de assunto referiu que há muito se fala de uma ciclovía entre Travanca e Armamar, numa primeira fase. Ciclovía essa, que nunca chegou a ser concretizada porque em termos de candidaturas não tem sido fácil. No entanto, alertou para uma situação numa das entradas da vila de Armamar, no lugar da Bica do Hospital, onde iria passar essa ciclovía, relacionada com o facto de o passeio que vai desde a gasoleira até à zona do pinheiro manso não estar concluído. Nesse sentido, pede a conclusão do mesmo por se tratar de



uma zona de perigo para os peões. Chamou à atenção para a limpeza dos contentores dos resíduos domésticos e ecopontos pois é vergonhoso se a empresa não está a ter o cuidado de fazer esse tipo de manutenção. Com o aproximar do verão, para evitar maus cheiros é preciso obrigar a empresa a fazer a desinfeção dos contentores com mais regularidade. -----

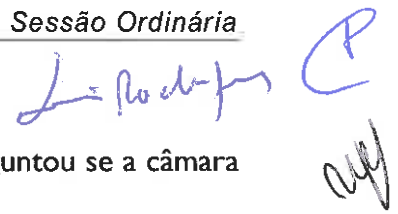
Por fim, disse que soube que, recentemente, a polícia judiciária esteve nas instalações da câmara e ficou preocupado pelo que perguntou ao senhor presidente se pode explicar a que se deveu essa visita. -----

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal** agradeceu as sugestões do presidente da freguesia de Armamar e registou a preocupação manifestada, dizendo todos serão poucos para uma comemoração, ainda, mais digna, do 25 de abril, no próximo ano. Sendo a política a ciência da liberdade, neste dia, faz todo o sentido expressar, como em todos os outros dias, a sua inquietação. -----

António Lareiro dirigindo-se ao presidente da Câmara Municipal disse que o município de Armamar nunca teve um serviço de transportes públicos que desse resposta às necessidades da população. Com a pandemia da Covid-19, devido às medidas sanitárias, alguns dos autocarros que faziam as ligações entre as aldeias, suspenderam os seus percursos e alguns nunca foram repostos. Atualmente, de segunda a sexta-feira, existem três autocarros que fazem ligação de São Cosmado-Armamar-Peso da Régua e outro que faz parte do mesmo percurso com a particularidade de chegar a Valdigem e ir, diretamente, para Lamego sem passar pelo Peso da Régua. Relativamente à ligação de Moimenta da Beira-São Cosmado a situação, ainda, é pior. Quanto à ligação entre as restantes aldeias, fora do eixo, Moimenta da Beira- Armamar-Peso da Régua, sendo positivo a criação do “Verdinho”, a sua situação merece ser estudada e melhorada. Se durante o período escolar existem transportes de segunda a sexta-feira, no período de férias escolares, estes são, drasticamente, suspensos. Nestes

períodos existem, apenas, dois ou três transportes, por semana e durante o fim de semana não existem transportes públicos. O expresso que fazia a ligação Armamar-Lisboa, Armamar-Peso da Régua, deixou de realizar este percurso fazendo, apenas, a ligação Lisboa-Moimenta da Beira. Os passageiros que se dirigem para o concelho de Armamar, têm a ligação assegurada por um autocarro que sai de Moimenta da Beira e chega a Armamar pelas 14 horas, mas ao fim de semana não existem autocarros que façam ligação Moimenta da Beira-Armamar-Régua, pelo que as pessoas do concelho não podem ir para Lisboa ou vir visitar a sua terra, se desejarem, por este meio, durante este período. Todas estas dificuldades impossibilitam as pessoas de visitar as suas terras, trazer trabalhadores de fora para o concelho e os de cá trabalharem em concelhos vizinhos e aumenta muito mais o isolamento das populações. Era necessário que a Câmara Municipal reconhecesse que os transportes públicos são um problema social que é necessário dar resposta para melhorar a qualidade de vida do povo. -----

Foram realizadas obras de recuperação da Igreja Matriz de São Miguel, há muito desejadas e necessárias devido ao estado de degradação em que se encontrava e fez-se a inauguração com bastante divulgação, dando a conhecer, ainda mais, esta Igreja classificada como Monumento Nacional. Verifica-se que existe um aumento de pessoas que vêm visitar Armamar para conhecer melhor este monumento, o paradoxo é que não conseguem ver o interior da Igreja por esta, geralmente, se encontrar fechada. Perguntou se não seria possível providenciar no sentido de garantir que este monumento mantenha as portas abertas durante o dia para os visitantes que manifestarem essa intenção. Em relação às bolsas de estudo referiu que a câmara tornou público que atribuiu bolsas de estudo a 21 dos alunos do concelho que frequentam o ensino superior, correspondendo ao valor total de € 30.000,00. Segundo os critérios do regulamento, perguntou quantos alunos tinham direito à bolsa de estudo e quantos ficaram de fora pelo facto de a verba orçamental ser aquele valor. Tendo em conta a



realidade e a grave crise económica e social que o país atravessa, perguntou se a câmara está disponível para rever a importância atribuída anualmente, aumentando a respetiva verba nos próximos anos. Em relação à Parceria Público Privada, Armamar Viva, S.A., perguntou como se encontra este processo. Concretamente, se Tribunal de Contas já se pronunciou ou se, ainda, não foi enviado para esta entidade. -----

Uma vez que consta que a polícia judiciária esteve no edifício da Câmara Municipal, pediu ao senhor presidente se pode confirmar e informar quais foram os motivos. -----

Observou que a Ribeira de Temilobos se encontra, há anos, a necessitar de uma intervenção e limpeza do seu leito e margens. Tem conhecimento que existem fundos comunitários para esse efeito, pelo que perguntou se a câmara já apresentou alguma candidatura ou tenciona apresentar para realizar esta intervenção. -----

Presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes, cumprimentou os presentes e começou por referir que a junta de freguesia de São Martinho das Chãs, sente-se desconsiderada, depreciada e ignorada. Isto porque, na sessão anterior, foi entregue uma proposta para que a sessão da Assembleia Municipal, do mês de abril, fosse deslocalizada para a freguesia de São Martinho das Chãs, associando-se à Festa da Macieira em Flor. O senhor presidente da assembleia, em resposta, prometeu levar à conferência de líderes a proposta para que a mesma fosse votada e, posteriormente, seria dado conhecimento à junta de freguesia dessa decisão. Por isso, pergunta se a proposta apresentada pela junta de freguesia foi colocada a votação. Julga que não porque o senhor presidente, passados alguns dias da apresentação da mesma telefonou-lhe e justificou que a realização dessa assembleia não podia ser naquele dia porque o senhor presidente da Câmara Municipal estaria de férias. Considera que este não seria motivo válido para a não descentralização da assembleia, perguntando se foram apresentadas mais propostas e de quem foi a decisão para a realização da assembleia neste dia. O senhor presidente já deu a resposta, concluindo-se

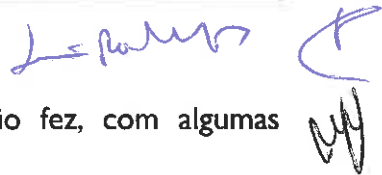
que a decisão foi unilateral, foi sua e nem sequer colocou a proposta na conferência de líderes. Julga que o dia 25 de abril merecia mais. Merecia ser comemorado na rua, tal como aconteceu naquele dia, há 49 anos. Quanto à festa da Macieira em Flor agradeceu à Associação Jograis de Gogim, pela grande qualidade do evento que contou com uma diversidade de programa, desde o colóquio da floração das frutícolas, o concurso gastronómico, com 22 concorrentes, uma caminhada solidária em que um dos objetivos foi a angariação de fundos para a Liga Portuguesa contra o Cancro. Caminhada esta onde não viu ninguém do executivo municipal, à exceção do vereador Jorge Rodrigues, nem do Grupo Uma Ligação que tanto tem lutado, no concelho, em prol da Liga Portuguesa contra o Cancro. Houve, ainda, o festival das sopas, terminando com a celebração dos 47 anos da associação Jograis de Gogim. Para finalizar, pediu ao técnico de imagem para colocar uma imagem na tela que retrata o 25 de abril nos dias de hoje. -

O **presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, observou que o PNT não esteve representado nas duas últimas reuniões da conferência de representantes. Na sessão de fevereiro, o senhor presidente de junta fez essa sugestão e a decisão não foi unilateral, pois, como é obvio, o executivo também tem de ter agenda para estar nas assembleias. Foi comunicado que o senhor presidente estaria ausente por motivo de férias e, pessoalmente, ligou ao senhor presidente de junta a elucidar dessa situação dizendo-lhe que não faltariam oportunidades. Na última conferência de representantes, foi decidido que se faria, hoje, a sessão da assembleia. A descentralização, para si, faz todo o sentido e os senhores deputados também acreditam nisso, mas é preciso criar condições de agenda, também, do próprio executivo para estar presente. Disse ao presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs para não acatar esta situação como desrespeitosa. -----

Presidente da câmara municipal respondendo à questão relacionada com as bolsas de estudo lembrou que o regulamento foi apresentado e aprovado por esta



assembleia e se bem se recorda não houve votos contra. Este assunto é muitas vezes discutido nas reuniões do órgão executivo, quanto ao que possa ser a justiça, ou não, na atribuição destas bolsas. O certo é que os membros do executivo não podem, por si, decidir, pois, têm de cumprir o regulamento. Numa das últimas reuniões ficou definido que se vai visitar o documento e fazer algumas alterações para que de uma forma mais justa e equitativa estes valores possam ser distribuídos pelos estudantes do ensino superior. O município, ano após ano, tem aumentado esta verba e se houver necessidade de a reforçar, assim se fará, pois, uma das prioridades deste executivo é investir na educação, não só, dentro do território concelhio mas também para aqueles que vão para o ensino superior. Em relação à ciclovia Travanca-Armamar, disse que esse projeto fazia parte de uma candidatura que o município fez no âmbito do PAMUS, os modos suaves e cicláveis mas por decisão do executivo a verba que lhe estava alocada, de cerca de € 280.000,00, foi utilizada para reforçar a verba do pavilhão gimnodesportivo porque a deste era insuficiente. De qualquer forma, o projeto existe e, provavelmente, no próximo quadro comunitário haverá oportunidade de se avançar com a sua execução e dentro deste projeto está incluída a requalificação do passeio que referiu, da Bica do Hospital. Quanto à limpeza dos contentores dos resíduos domésticos e ecopontos disse que o município tem celebrado com a empresa que presta esse serviço, um contrato que define a periodicidade de lavagem e desinfeção dos contentores. A verificação da execução desses trabalhos é feita pela engenheira do ambiente do município mas pode haver uma outra situação de algum contentor que necessite de ser lavado no imediato e isso tem de ser identificado pelos senhores presidentes de junta para se poder solicitar à empresa esse trabalho. Em relação à visita da polícia judiciária, referiu que surgiu no seguimento daquilo que foi sendo falado em várias assembleias municipais. Foi efetuada uma exposição, por um membro da assembleia, ao Tribunal de Contas, à IGF e ao Ministério Público, sobre situações



relacionadas com os contratos de pagamentos que o município fez, com algumas entidades e o município pagou essas obras com base em sentença judicial. Um dos assuntos tinha a ver com o contrato de recolha de resíduos, concretamente, com um período de onzes meses, em que não havia contrato. O Tribunal de Contas já tinha pedido esclarecimentos e os mesmos foram dados, assim como à IGF e como essa exposição também deu entrada no Ministério Público, cuja força de investigação é a polícia judiciária, fizeram uma visita ao município para esclarecer alguns pormenores e para levarem documentação sobre estes processos que são do conhecimento de todos. Em relação à intervenção de António Lareiro disse que a política de transportes públicos, que por justiça devia ser feita pelo governo central, infelizmente, é mais uma daquelas transferências de responsabilidades que é dada aos municípios sem ser alocado o respetivo envelope financeiro. Todos desejariam ter transportes de hora a hora, mas isso é impossível e o motivo de o Expresso ter sido suprimido foi a falta de clientes. No concelho existe o serviço das carreiras intermunicipais, dos transportes escolares e o serviço, que não é o “Verdinho”, mas o “Sim”, que passa nas freguesias e por estes o município paga uma compensação financeira, à única empresa que presta serviço neste território, de cerca de € 280.000,00, por ano, para garantir estes transportes públicos. No entanto, disse que está a ser estudado, pela Cim Douro, um modelo de transporte quase porta a porta porque é impossível ter autocarros de cinquenta e cinco lugares, que envolvem grandes custos logísticos, a transportar, duas ou três pessoas, por viagem. Em relação à Igreja Matriz de São Miguel referiu que a situação está identificada e tem conhecimento que a senhora vereadora já reuniu com o pároco e em conjunto encontram uma solução para a Igreja estar acessível a todos. Sobre a Armamar Viva, S.A. disse que o processo, ainda, não foi enviado para o Tribunal de Contas devido a uma situação relacionada com os relatórios dos peritos avaliadores, sobre o património da empresa, mas isso está a ser tratado. No que diz respeito à Ribeira de Temilobos





referiu não se fez qualquer candidatura mas estava prevista uma intervenção de limpeza das margens mas foram pedidos pareceres à entidade que tutela o domínio hídrico, a APA, e esta emitiu parecer desfavorável à intervenção. -----

Quanto à intervenção do presidente de junta de freguesia de São Martinho das Chãs referiu que, para além do senhor vereador Jorge Rodrigues, na festa da Macieira em Flor, também, esteve a senhora vereadora Cláudia Damião, em representação do município. -----

INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Pedro José Conde Costa cumprimentou os presentes e agradeceu o uso da palavra e o 25 de abril assim o trouxe, mas gostaria de deixar o repto à Mesa que não se esquecesse do dia 25 de novembro que nos permite estar aqui hoje. Disse que veio falar à Assembleia, enquanto cidadão, empresário e empreendedor e escolheu o concelho de Armamar para investir e viver. Posto isto, questionou o executivo no que diz respeito às acessibilidades, porque tem circulado, frequentemente, pelo concelho e a EM 513, de Vila Seca à ponte de Tabuaço encontra-se pior do que algumas estradas na Ucrânia que está em guerra. A CM 1104 de Santa Cruz a Vila Chã da Beira, *ipsis verbis*. -----

Perguntou ao executivo porquê que preferiu ficar de fora no repto lançado pela Direção Geral de Energia e Geologia para fazer parte da rota do volfrâmio. De igual forma, procurou saber porquê que todas as aldeias do concelho ficaram de fora das ARUS e se o executivo concorda com a exploração do quartzo que está prevista junto à aldeia de Contim e, ainda, se prevê aprovar o licenciamento previsto para um parque solar nos baldios de Gogim, na zona de Talefe. Outra questão é no sentido de saber porquê que a licença das minas, previstas para Vila Seca, foi devolvida com a desculpa de a unidade transformadora não ter sido recebido de bom grado por parte da Câmara Municipal. Sendo empreendedor e tendo o nome de “Conde” revê-se um pouco no conde de Contim. Isto porque estamos no 25 de abril é um facto, mas a idade não lhe permite a

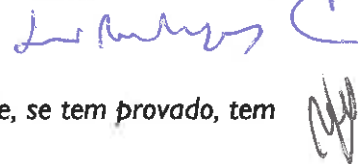
ditadura mas, no seu entender, a ditadura continua e é a ditadura da fome. Quando os jovens do concelho são obrigados a emigrar e a procurar novas oportunidades de emprego, isso é uma forma de ditadura. Quando temos uma monarquia instalada sobre a forma de grupos parlamentares, isso é uma ditadura. O 25 de abril deveria ter trazido, também, a liberdade de governar porque os presentes nesta assembleia não têm o poder do povo visto que a abstenção, no concelho, foi superior a 57%. Agradeceu a presença do grupo municipal do partido comunista, pois é o que se tem revelado verdadeira oposição, nesta assembleia. Apesar de ser de extrema-esquerda é muito importante. Saudou o arqueólogo José Carlos dos Santos que tem desenvolvido um trabalho ímpar no concelho e é importante, não só, questionar e apontar o que está mal, mas também é preciso elogiar o trabalho que as pessoas têm desenvolvido em prol da comunidade e para o desenvolvimento do conhecimento. Relembrou que o 25 de abril também é manter as tradições vivas. O concelho de Armamar, naquilo que lhe é dado a conhecer tem vindo a perder tudo o que é tradicional e imagem. Disse que uma das razões que o levou a investir neste concelho foi o reavivar das tradições. Armamar, é um concelho com condições naturais ímpares e é uma pena que os locais não consigam ver as oportunidades que aqui se apresentam e coloquem entraves ao desenvolvimento das mesmas. Olham mais para o umbigo do que propriamente para o desenvolvimento social e económico de todo o concelho. De igual forma, teve a oportunidade de, hoje, através de uma mensagem, ser informado que a antiga empresa dos óleos, que existia na freguesia de Folgosa, encontra-se com um problema ambiental, pelo que gostaria de perguntar ao executivo o que é que pensa fazer sobre esta situação e se existe algum plano de recuperação ambiental do mesmo. -----

Joaquim Duarte, depois de cumprimentar os presentes, fez a intervenção cujo teor se transcreve: -----

“Na assembleia que corresponde ao mês de abril, o mês das flores, mas também mês da



liberdade, várias vezes em discurso, lamentei o facto de a mesma não se realizar a 25 de abril, por solenizar o Dia da Liberdade, após 48 anos de ditadura. Assim sendo, teria de estar, aqui, hoje, como cidadão. Cidadão de plenos direitos, mas também deveres, um deles a liberdade de expressão. Liberdade que nos responsabiliza mas, ao contrário do tempo do estado Novo, temos liberdade de nos exprimir, no 25 de abril dos três D, democratizar, descolonizar e desenvolver. O democratizar, só foi concretizado, de forma plena, com o 25 de novembro, data de extrema importância porque pôs fim à vontade de alguns, de consignarem a nossa liberdade. E se há espaço onde melhor se concretiza a liberdade, é no salão nobre de um município. O cérebro do poder local. Aqui, se concretiza a vontade dos nossos desejos e dos nossos cidadãos. O poder de proximidade, o poder que responde àquilo que nós ambicionamos. Mas se falarmos de datas, e se há datas que podem ser mais importantes do que outras, por que não, 24 de junho de 1128. Para alguns, a primeira tarde portuguesa com a vitória dos cavaleiros de Afonso Henriques, principalmente, oriundos da região do Douro e Minho contra os cavaleiros que apoiavam Dona Teresa na batalha de São Mamede. Será, também, a raia miúda que terá um papel importante na crise de 1383/85 ao tomar armas pelo reino de Portugal e pelo mestre de Avis. Não se coibido, mesmo, de atirar um bispo da torre da Sé de Lisboa. Podemos então destacar a data 14 de agosto de 1385 com a batalha de Aljubarrota. Mas por que não falar de 1 de dezembro de 1640, dia da restauração da independência, onde 40 conjurados tiveram um papel importante, mais tarde apoiados pelos pés descalços, concretizaram essa restauração em que o povo de Armamar gritou “arraial, arraial, por El-Rei João IV, rei de Portugal, ao contrário do conde de Armamar que conjurou contra o rei português e perdeu, literalmente, a cabeça. Ou então, 24 de agosto de 1820, com a Revolução Liberal. E se há povo que lutou pela liberdade e pelos seus direitos, ao longo da história, foi o povo duriense que para si tinha muito significado a palavra liberdade e que, muitas vezes, entoava durante as vindimas. Por isso, não podemos esquecer, por exemplo, da festa de São Gregório. O direito a partir desse dia, para os jornaleiros do conduto que finalizava a 8 de setembro.



Agora falo no desenvolvimento. O concelho de Armamar como, felizmente, se tem provado, tem um património histórico riquíssimo que poderá ser uma mais-valia, mais um fator promotor de riqueza. Várias vezes, salientei, aqui, a importância do património cultural, material e imaterial do concelho. Mas todos os ícones que proferi pecaram por escassos porque não sabia e julgo que ninguém sabia da sua relevância e importância. Esse património tem de ser valorizado, identificado, preservado e criador de riqueza. Não pensem que são palavras sem sentido. Desde a eno-gastronomia, que temos um potencial enorme e que está a perder-se, o património arqueológico em que as descobertas realizadas são referência, o património botânico, por exemplo, os mortórios, a arquitetura vernacular das nossas aldeias, a Ribeira de Goujoim, o Monte de São Domingos, a Igreja Matriz de Armamar, o Menir, etc. Há um conjunto de património que tem relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e concelhia e democratização da cultura. Se queremos concretizar esta premissa, temos de aproveitar, devidamente, os recursos porque este património é, totalmente, invisível, quer pelas pessoas, quer pelos territórios porque falta uma educação patrimonial e sem ela não nos apercebemos que há potencial de emprego e desenvolvimento de recursos. Temos de apostar numa associação de defesa dos saberes, dos sabores, das artes, do património histórico e natural. Temos de apostar na formação, temos de apostar no nosso potencial, nos nossos jovens e tornar este património visível porque fiquem cientes que o património do concelho de Armamar, visível, pode criar riqueza, como têm criado os pomares e as vinhas. Nós temos o costume de olhar para as coisas e dizermos “o Estado não sou eu” a “Câmara não sou eu”, mas o património é de todos. É nosso e, sendo de todos nós, temos a missão de o defender. Por isso, termino com este pequeno exemplo “Mácron depois do incêndio de Notre Dame pediu que todos os franceses participassem na reconstrução porque todos a sentem como sua. Temos de sentir o património como nosso, defendê-lo e preservá-lo e só conseguimos resolver esta situação com uma aposta forte naquilo que é nosso, pois todos temos de trabalhar nesse sentido e só se conseguirá com a educação e passa por projetos

comuns entre a comunidade e a escola. Já agora, a escola tem na sua oferta curricular uma disciplina, que estuda o mesmo património histórico local, que se chama PHL. Por isso, neste Dia da Liberdade, que assumamos, de uma vez por todas, o papel de atores e não de meros figurantes. Por isso, 25 de abril e 25 de novembro, sempre:” -----

Presidente da câmara municipal em relação à intervenção de Pedro Costa, no que diz respeito às acessibilidades, referiu que a câmara conhece bem o estado das vias do concelho, mas de qualquer forma agradeceu o alerta. Disse que, nesse sentido, o município tinha previsto investir cerca de 1 milhão e 800 mil euros, onde estava incluída a EM 313 de Vila Seca até à EN222 e outras, mas isso não veio a acontecer porque o empréstimo não foi visado pelo Tribunal de Contas. Como na união europeia está vedado o acesso, ao nosso país, a fundos comunitários para investir nas estradas não se conseguiu avançar com o investimento. Nesse caso tem de ser feito com os meios disponíveis e estão a ser criadas as condições para o fazer. Em relação à rota do volfrâmio disse que a câmara não recebeu qualquer convite para integrar essa rota e nem sabia da existência da mesma, pelo que vai tentar perceber do que se trata. Quanto às ARUS – Áreas de Regeneração Urbana, fez saber que no concelho de Armamar foi definida uma, o centro histórico da vila. Na altura, o município contratualizou com uma entidade externa o estudo para a candidatura, no âmbito da regeneração urbana, e todo o concelho foi estudado e não se incluíram outras aldeias porque à data, segundo as regras das ARUS, não reuniam os critérios que estavam estabelecidos. No que diz respeito à exploração de quartzo, em Contim, disse não ter conhecimento, nem a câmara foi alguma vez informada ou notificada a esse respeito, contudo vai tentar obter informação. Quanto ao parque solar no Telefe, em Gogim, também, não chegou, até à data, ao município, qualquer projeto de licenciamento e quando isso acontecer vai ter de se analisar, quer em termos técnicos, quer de enquadramento do plano Diretor Municipal, assim como os impactos que o licenciamento possa vir a ter. Em relação à

emigração dos jovens disse que, infelizmente, não é um problema só do concelho de Armamar, afeta todo o interior do país, mas cabe às políticas locais, tentar inverter essa tendência ou, pelo menos, estagnar a saída dos jovens. Concorde que o arqueólogo contratado pelo município está a fazer um trabalho notável no que tem a ver com a identificação e classificação do património do concelho e a sua contratação iniciou-se dada a obrigatoriedade de o município ter a carta do património para o Plano Diretor Municipal. Quanto à fábrica dos óleos disse que não sabe se fez alguma confusão na identificação, porque a fábrica dos óleos, na Folgosa, está desmantelada há quase duas décadas e existe um projeto hoteleiro para aquele local que é considerado, pela CCDR-N e pela Direção Regional de Cultura do Norte, uma das grandes dissonâncias paisagísticas da área classificada. Julga que estará a confundir esta unidade com a destilaria. Esta última, de vez em quando faz algumas descargas para o rio Douro e, quer a APA, quer o IGAMAOT, têm a situação, devidamente, identificada. A empresa já foi notificada pela CCDR-N, enquanto entidade gestora do bem classificado, a dar conta que até finais de 2026 aquela unidade terá de ser deslocalizada para outro local. -----

Agradeceu a intervenção de Joaquim Duarte dizendo que é sempre um gosto tê-lo na assembleia e deu-lhe os parabéns pela sua intervenção. -----

Intervalo -----

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal reiniciou os trabalhos às onze horas e trinta minutos e comunicou que continua ausente o presidente da união das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, José António Guedes. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir: -----

**2) Ata da sessão de 24 de fevereiro de 2023 -----**

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

**3) Projeto Municipal dos Serviços de Abastecimento de Água, Saneamento e Águas Residuais e Projeto de Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos (cuja cópia passou a constituir o anexo III à ata) -----**

Abertas as inscrições ninguém manifestou vontade de intervir. -----

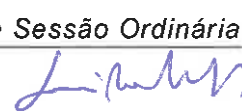
Deliberação: Aprovados, por unanimidade. -----

4) Relatório & Contas 2022 (cuja cópia passou a constituir o anexo IV à ata) -----

O presidente da câmara municipal informou que se encontram presentes na sala o Dr. Armando, em representação do Revisor Oficial de Contas do município, o chefe da divisão financeira do município e o técnico responsável pela elaboração do documento e estão disponíveis para esclarecer as questões que a os membros da assembleia entenderem ver esclarecidas. -----

Em relação ao documento referiu que o município fechou o ano de 2022 com um resultado líquido negativo de € 417.000,00. Este resultado foi influenciado negativamente pelo acréscimo dos preços dos fornecimentos dos serviços externos, como sejam os gastos com gás, eletricidade, combustíveis. O retomar à normalidade também originou um aumento significativo dos custos, dado que o ano de 2021, ainda, esteve muito afetado pela pandemia, com serviços municipais encerrados. Para aquele valor contribuíram reclassificações contabilísticas, com as novas normas do SNC-AP, de investimentos que estão vertidos como gastos, como é o caso da Igreja Matriz onde foram o investidos € 377.000,00 e, por norma, eram classificadas como despesas de capital. Essa classificação deve-se ao facto de o edifício da Igreja não ser pertença do município. Disse ainda, que, em termos de gastos reconhecidos do período, alguns bens ainda estavam erradamente classificados, como património, e agora foram reclassificados, como é o caso do projeto do regadio do Monte Raso e outros. A

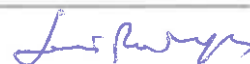
aplicação das normas contabilísticas contribuiu para este resultado negativo. Em termos de despesas, em 2022, já tinham sido transferidas as competências na educação, mas foram acrescentadas outras e isso reflete mais gastos. Em jeito de conclusão, o resultado líquido do período teve uma diminuição de cerca de 1,15 milhões de euros, face a 2021, também fruto daquilo que foi a inflação de 7,8%, que originou mais gastos. Apesar de os resultados líquidos negativos do exercício, o município transitou, para o ano de 2023, um saldo de gerência de cerca de 1,18 milhões de euros. Optou-se por transitar com este montante tão elevado porque, como é sabido, existe o compromisso do executivo, para com a assembleia, de liquidar ou adquirir o património da PPP com vista à sua extinção. Fez saber que, à data de hoje, a dívida real do município, à PPP, cifra-se em cerca de 1,4 milhões de euros mas em termos contabilísticos estão reportados 3,9 milhões, o que acaba por afetar a capacidade de endividamento. Disse, ainda, que o prazo médio de pagamento a fornecedores, no ano de 2022, foi de 10 dias, querendo isto dizer que não existem pagamentos em atraso, com mais de noventa dias. A execução orçamental da receita foi de 85,88%, com uma execução de 10,8 milhões de euros e tem um acréscimo, em relação a 2021, de cerca de € 1.000.000,00 e, em relação a 2020, de € 2.000.000,00. Verifica-se, assim, que houve mais investimento o que deve ser motivo de satisfação. Em termos de capacidade de utilização do endividamento, neste momento, com a regra dos 20%, essa capacidade é de 1,46 milhões de euros que se estima, que com a alteração aprovada pela Assembleia da República poderá duplicar, passando a existir uma capacidade de utilização de cerca de € 3.000.000,00. Em relação à execução da despesa, foi de 76,48%, 9,62 milhões de euros. Em termos de despesas de capital a execução foi de 59% do que estava previsto mas conforme já disse, há despesas de capital, como seja a Igreja que foi classificada em termos contabilísticos como gastos o que influencia negativamente a execução da receita de capital. Posto isto, disponibilizou-se para qualquer esclarecimento adicional. -----




Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Paulo Tolda, relativamente às demonstrações financeiras e relatório de gestão 2022, após a análise dos vários documentos apresentados pelo auditor externo e face às dúvidas sobre o cumprimento dos normativos legais, por parte da maioria, dúvidas essas que o seu grupo municipal tem vindo a suscitar ao longo dos anos, não podiam ficar mais preocupados com o que é apresentado. Tanto mais que o auditor apresenta cinco reservas às contas o que é superior ao que tem sido apresentado em anos anteriores, que eram apenas duas. Será, por isso, de destacar que, na Certificação Legal de Contas, compreendem a dificuldade em inventariar parte dos bens do domínio público municipal e da rede de abastecimento de água, situação que é comum à grande maioria dos municípios do país, pelo que pedem que, rapidamente, essa questão seja resolvida. De todo o modo, não podem aceitar as restantes reservas, em particular aquela que é apresentada no ponto n.º 4, dado que têm vindo a chamar à atenção, de forma sucessiva, para a necessidade do cumprimento da Lei em matéria de contratação pública. O próprio auditor é claro quando refere *“fraquezas na sua aplicação, monitorização e controlo, que poderão ter originado despesas sem o cumprimento integral dos procedimentos previstos no Código da Contratação Pública, pelo que não nos foi possível calcular, nem com recurso a procedimentos substantivos alternativos sobre os impactos desta matéria nas demonstrações financeiras da entidade”*. Apesar da redação da reserva não ser a mais clara o que se depreende é que poderá haver dívidas e gastos não reconhecidos nas contas, por via destes incumprimentos à contratação pública. Recordou que da primeira vez que esta reserva foi apresentada, em 2020, pediu ao executivo que fossem tomadas medidas e inclusive os documentos foram enviados às entidades competentes, nomeadamente, ao Tribunal de Contas, à Inspeção Geral de Finanças e ao Ministério Público e isso motivou a intervenção recente da polícia judiciária. Aquilo que aconteceu na altura, da sua parte, foi questionar o auditor que não lhe deu qualquer resposta sobre essa

situação e desta vez continua a aparecer uma reserva que não menciona casos concretos de incumprimento e, por isso, mais uma vez, face a este documento e sendo uma situação muito grave e sendo este o órgão de fiscalização, a questão que se coloca é - *“O que vamos fazer? Se voltamos a enviar para as entidades competentes para investigação pois é esse o papel enquanto membros da assembleia”*. É inadmissível, a ser verdade, que mais uma vez, uma entidade pública viole a contratação pública porque isso tem um impacto financeiro negativo nas finanças do município, que não é possível de mensurar e quando não se utilizam procedimentos concorrências, legalmente, obrigados estão a alterar o resultado financeiro dos contratos. Ou seja, ninguém consegue garantir que esta entidade obtém a proposta, economicamente, mais vantajosa. Podem estar a adquirir bens, serviços ou empreitadas mais caras, com piores condições do que decorreria se fossem seguidos os procedimentos. Julga que o auditor terá de explicar, concretamente, o porquê desta reserva, até porque os dirigentes do município apresentaram uma declaração aos documentos em que dizem, sobre esta matéria, que só foram analisados procedimentos de 2022 e isto já vem, nas contas, desde o ano de 2020. Sendo o terceiro ano consecutivo será de questionar o que é que tem sido feito em relação a esta matéria, por parte do executivo, sendo ela bastante grave e passível de aplicação de sanções financeiras pelo Tribunal de Contas e matéria para o Ministério Público analisar. Depois, no relatório de procedimentos de auditoria executados, conclusões e recomendações, será de realçar várias recomendações apontadas pelo auditor, nomeadamente, que foram detetadas deficiências ao nível de registo, movimentação e controlo dos artigos incluídos na rubrica de inventário, aquilo que são os stocks da entidade. Também há muito vêm a falar sobre isso, pois estão convencidos que existem lacunas no controlo dos stocks do município, não havendo garantia de salvaguarda dos mesmos, nem controlo das obras por administração direta, nem dos stocks entregues a entidades externas, situação que terá um elevado prejuízo financeiro



para o município e que não permite a correta valorização das obras por administração direta. Situação que é da competência da Câmara Municipal aprovar e que a maioria não cumpre, nem apresenta a devida relação, diversas vezes solicitada, quer na assembleia, quer pelos vereadores eleitos pelo PNT e, anteriormente, pelo CDS. Não sabe se é propositado porque permitirá, provavelmente, ter freguesias a receber mais bens do que outras e tem a certeza de que muitos presidentes de junta até ficariam surpreendidos se percebessem e se tivessem conhecimento daquilo que outros colegas seus levam em material. Como tem a forte convicção que os preços e as quantidades de material variam em função da boa, ou má, disposição de quem os vende. Isto de fazer encomendas pelo telefone, sem orçamentos, não é uma prática adequada para uma entidade pública. Fica claro para todos, inclusive para o auditor, que esta situação não pode continuar. O auditor refere, também, neste relatório, que se tendo verificado, no ano de 2012, a atualização das taxas aplicadas, a entidade não procedeu à revisão da referida fundamentação económico financeira, pelo que incorre na pena de nulidade sobre o montante adicional das taxas cobradas o que poderá implicar devolução destes montantes. Naturalmente, esta reserva preocupa-o, em particular, porque o auditor refere que isto acontece desde 2014 e foi detetado agora. Também têm alertado para a necessidade de rever vários regulamentos municipais, sendo esta situação mais um exemplo de um regulamento que a maioria, aparentemente, não tem tratado, decorridos onze anos desde a publicação do Regime Geral das Taxas. Em Armamar, os utentes que entenderem não pagar taxas podem fazê-lo dentro da legalidade, uma vez que as mesmas são nulas por não terem a devida fundamentação. O mesmo sucede no caso dos preços do serviço de águas, saneamento e resíduos, ainda, mais num município com perdas de 50%, quando a água é um bem essencial e os verões vão ser, cada vez mais, de seca extrema, e sabendo que há relatos de incumprimento por parte de utilizadores sem que sejam conhecidas contraordenações. Por fim, no parecer do




auditor externo, relativo ao ano findo, em 31 de dezembro de 2022, é possível constatar o seguinte: *“da análise efetuada ao contrato de financiamento celebrado com o Estado Português, no âmbito do programa de apoio à economia local, conclui-se pelo atraso na implementação das medidas propostas, destinadas ao restabelecimento da situação financeira da entidade, nomeadamente, redução dos gastos com pessoal. A entidade, contrariamente ao contratado, tem vindo, ano após ano, a manter os seus gastos com pessoal muito elevados”*. Tal como têm vindo a referir, sucessivamente, o município mantém gastos com pessoal, muito elevados e têm apelado que seja feito algum controlo nesta matéria. Quando o auditor de contas tem cinco reservas e aponta várias ilegalidades mesmo que não discordassem das opções políticas tomadas não podem aprovar contas que têm despesas ilegais e evidências da falta de controlo interno e falta de eficiência, eficácia e economia para o funcionamento dos serviços. Lamenta que, ano após anos, tudo continue na mesma, sem se ver qualquer esforço para melhorar o funcionamento dos serviços e o controlo dos dinheiros públicos, ainda, mais, com violações à Lei. Numa análise mais pessoal às contas apresentadas, começa por destacar que o município, não obstante, o aumento de rendimentos, em relação ao ano transato, apresentou um total líquido negativo significativo, fortemente, motivado por um aumento nos gastos com fornecimento de serviços externos. Também o gasto com juros teve um aumento significativo, fruto do aumento das taxas Euribor, o que apesar de inevitável deverá levar a uma análise das condições dos empréstimos contratualizados. Apesar de compreender que, em 2022, se verificou um aumento dos preços dos bens e serviços, também as vendas e serviços prestados ao município aumentaram pelo que será de realçar que o município passou de um lucro de € 737.000,00 para o prejuízo de € 417.000,00 o que equivale a uma degradação dos resultados em € 1.154.000,00. Tendo em conta que os gastos com depreciações e amortizações reduziram, em relação ao ano transato, o que significa que os gastos não aumentaram por ter havido mais investimento, esta

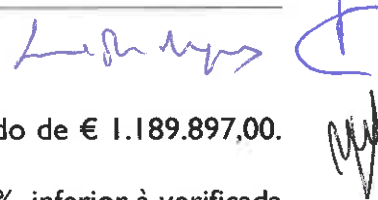


degradação de resultados deve ser vista com preocupação pois denota a falta de eficiência existente e do elevado peso da despesa corrente, situação que nos últimos dois anos não foi tão evidente fruto da paragem de inúmeros serviços e atividades devido à Covid-19. No que se refere ao balanço, será de realçar que, não obstante, o município ter diminuído o passivo na sua globalidade, o passivo exigível mantém-se, praticamente, inalterado registando-se, inclusive, um aumento nas dívidas a fornecedores, não obstante o município ter um valor considerável em depósitos à ordem, que se traduziu no saldo de gerência e, estes, sem cauções de empreiteiros e terceiros é de cerca de € 957.000,00. Posto isto, era importante que utilizassem essa verba para liquidar mais dívida. Com o valor que apresentam em depósitos bancários, arriscar-se-ia a dizer que estão em condições de fazer uma amortização extraordinária de dívida ou até antecipar boa parte das rendas da PPP, Armamar Viva, S.A., por forma a terminar com aquele contrato o mais rápido possível. Tanto ficou receita em caixa que a taxa de execução da despesa é, consideravelmente, inferior à da receita. Acabaram por não executar tanto de despesa como poderiam e tiveram um saldo de gerência bastante elevado. Por outro lado, a taxa de execução das despesas de capital foi de, apenas, 59,21%, enquanto nas despesas correntes foi de 87,81%. Mais uma vez, se comprova que poderia ter sido feito mais investimento, por parte da maioria, situação que têm vindo, constantemente, a apelar, quer na discussão dos orçamentos, quer dos relatórios de contas. A despesa corrente aumentou € 203.000,00 e a despesa de capital diminuiu € 132.000,00, em relação ao ano de 2021. A despesa de capital aprovada no orçamento inicial, de cerca de € 5.432.000,00, acaba por ter uma execução de cerca de metade, € 2.575.000,00, justificada com a reprogramação do projeto de requalificação das vias municipais para anos futuros, em consequência de o empréstimo não ter sido visado pelo Tribunal de Contas, situação para a qual alertaram, na altura devida, que corria o risco de acontecer. Espera que esta situação fique resolvida, este ano, para iniciar no

próximo. As Grandes Opções do Plano tiveram uma execução de apenas 65%, sendo de realçar que a subfunção, agricultura, teve uma execução de, apenas, € 200,00. Num concelho eminentemente agrícola, quando nas Grandes Opções do Plano, se executam 200,00 nesta subfunção, sabendo que na realidade o instrumento agrícola terá sido superior, quanto mais não seja nalgum caminho rural, muro ou apoio a alguma associação. Está a faltar, claramente, uma melhor definição das Grandes Opções do Plano e daquilo que se pretende fazer quando se elaboram os orçamentos. A tal falta de estratégia que vêm criticando quando se definem as GOP's, ou então é uma situação que preferem que não seja definida nas mesmas, em particular no PPI, o que não contribui para a necessária transparência, além de que todos os investimentos devem estar previstos nesse plano, mesmo aqueles que são efetuados por administração direta. Armamar, será dos poucos municípios que não consegue apresentar trabalhos para a própria entidade e esta situação decorre da incapacidade de identificar e valorizar as obras por administração direta e isso está relacionado com o descontrolo nos inventários. Destaca-se, também, fraco investimento nas freguesias. O facto de não se dotarem as mesmas com uma verba para que estas realizem investimentos e atividades que entendam relevantes, sem terem de solicitar, constantemente, junto do executivo, da maioria, apoios para qualquer intervenção que seja necessária. Aliás, o processo de descentralização de competências dos municípios nas freguesias nunca mais foi abordado, desde que saiu a legislação, situação prevista no Decreto-Lei 57/2019 e, desde essa altura, nunca houve qualquer discussão e, por isso, na próxima reunião de líderes municipais irá solicitar que seja colocada na agenda, para debate. Também seria interessante perceber porque razão se adiou tanto, quanto possível, a descentralização de competências nas áreas da educação, ação social e todas as outras mas no caso da saúde o município, aparentemente, decidiu não protelar mais os prazos, pelo que perguntou o porquê de avançarem já, podendo prorrogar os prazos da descentralização

nesta matéria. Está certo de que se o município fosse gerido com outro rigor e cuidado os resultados seriam muito melhores em benefício de todos os armamarenses. Face a tudo o que foi referido, à Certificação Legal de Contas e pareceres apresentados pelo auditor, o voto do seu grupo municipal, só pode ser contra, até porque, independentemente de opiniões políticas contas, em que são apresentados indícios de terem sido cometidas ilegalidades, não podem ser aprovadas sem que isso seja, cabalmente, esclarecido sob pena de terem de remeter novamente para as autoridades competentes e haver um processo de investigação a iniciar paralelamente ao que está em curso. -----

António Lareiro, começou por referir que não é fácil analisar este documento. Por falta de conhecimento e por este ser extenso torna-se, extremamente, morosa a sua análise e mais difícil, ainda, em três minutos expressar uma análise precisa e correta. Salientou que a opinião do revisor de contas é clarificadora ao manifestar as suas reservas sobre as contas. Segundo este técnico, ainda, não foram concluídos os procedimentos de atualização dos cadastros e vida útil dos edifícios e outras construções reconhecidas nas rubricas dos ativos tangíveis e de propriedade de investimento. Referente ao reconhecimento dos acordos de concessão de serviços concedentes, serviços administrativos de entidade, menciona a existência de fraquezas da sua aplicação, monitorização e controle. Na sua opinião poderão ter originado despesa sem o cumprimento integral dos procedimentos previstos no código da contratação pública. O município não dispõe de um sistema de contabilidade e gestão implementado que lhe permita, na plenitude, valorizar os seus inventários e atividades, sendo este, obrigatório, por Lei. No ano de 2022, a despesa corrente de funcionamento sofreu um aumento de € 203.082,00 face ao ano de 2021, enquanto a despesa de capital sofreu um decréscimo de € 132.015,00 comparado com o mesmo período. Em termos de execução orçamental ficou-se muito abaixo do desejável. Temos receitas de €



10.816.000,00 e despesas de € 9.627.011,00, registando-se um saldo de € 1.189.897,00.

Verifica-se uma execução orçamental de despesa de, apenas, 76,43%, inferior à verificada em 2021 e um aumento das dívidas correntes de curto prazo, em 231,8%, face a 2021.

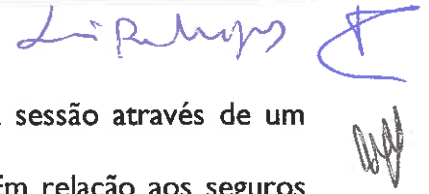
Perante estes números o próprio executivo reconhece que apenas consegue pagar, de imediato, 81% das dívidas a curto prazo. Os relatórios dão conhecimento que existem edifícios escolares sem seguro, o que é bastante grave. Perguntou se estes seguros já foram realizados e há quantos anos os restantes seguros do município não são atualizados, assim como, se têm promovido concurso público ou pedido propostas às seguradoras, a fim de obter as propostas que ofereçam melhores condições para a autarquia. É necessário reduzir a despesa corrente, em particular, a despesa com pessoal, de forma que alguma receita corrente seja aplicada em despesa de capital, em investimento. Torna-se necessária uma gestão de prioridades diferente para que o povo de Armamar tenha melhores condições e não fique na cauda dos mais pobres do país. Armamar precisa de mais investimento público e privado, ser capaz de atrair mais riqueza e criar mais postos de trabalho de forma a estancar a perda acentuada de população. -----

Sara Gouveia, em relação a este ponto discordou do colega da CDU porque entende que é notória a melhoria na elaboração do documento e, por isso, parabenizou os serviços. É um documento com mais qualidade que reflete com maior rigor e informação as finanças do município, pelo que agradeceu esse facto. Não é fácil, em matéria tão exaustiva criar dinâmicas para que o leitor consiga interpretar cada ponto sem perder a linha orientadora, mas esse objetivo foi alcançado. Disse-se grata pelo empenho e dedicação. No que respeita à análise dos dados em concreto, considera que merece especial destaque a boa execução orçamental da receita, que foi superior a 85%, um acréscimo de 8.8% em relação ao ano de 2021. No que toca à despesa, a execução ficou com uma percentagem de 76%. Por isso, endereçou os parabéns, também, àquilo



que foi o trabalho do executivo em colocar as contas do município neste patamar de execução. Por outro lado, pediu ao senhor presidente esclarecimentos referente às reservas apresentadas pelo auditor. Dado a lista ser extensa a assembleia merece ser esclarecida. -----

Presidente da câmara municipal quanto às intervenções efetuadas, algumas delas são coincidentes, nomeadamente, naquilo que tem a ver com a Certificação Legal de Contas e as reservas referidas pelo auditor. Sobre isso disse que o representante do da empresa está na sala e se pretenderem esclarecimentos adicionais podem solicitá-los. Em relação ao património já foi dito que é uma situação comum à maior parte dos municípios, mas está a fazer-se esse trabalho e a tentar regularizar a situação. Quanto às restantes reservas, a que todos entenderam ser a mais preocupante tem a ver com o ponto n.º 4, onde o auditor menciona que poderão ter existido despesas sem que tenham sido efetuados os respetivos procedimentos, em sede de contratação pública. Como foi dito, por Paulo Tolda, na Certificação Legal de Contas de 2020 e 2021 onde constavam estas reservas havia uma identificação e a concretização daquilo que poderiam ser situações que dessem origem às mesmas. Entretanto, durante o trabalho que foi feito pelos auditores nunca chegou, por parte destes, nem dos serviços, qualquer tipo de alerta ao executivo municipal sobre situações dessa natureza. Disse que teve o cuidado de junto das chefias de divisão tentar saber se durante este período houve situações que pudessem levar a estas reservas e estas subescreveram um documento que é bem claro quanto a esta matéria. Disse que após ter recebido os documentos e depois de ler este ponto n.º 4, teve a preocupação de falar com o vereador António Silva e a vereadora Cláudia Damião para esclarecer se alguma vez tinham dado instruções, durante o ano de 2022, para que se efetuasse despesa sem o respetivo procedimento de contratação pública e apuraram que nenhum dos três o fez. Disse que ficou apreensivo com aquela menção e concorda que a assembleia deve ser esclarecida.



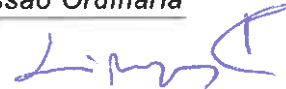
Seja hoje, através do representante do auditor, ou na próxima sessão através de um documento que relate essas situações porque as desconhece. Em relação aos seguros das escolas disse que lhe oferece sempre a dúvida uma vez que o município celebrou, com as juntas de freguesia e algumas associações, contratos de comodato de cedência dos edifícios das escolas primárias e os moldes desses contratos são claros quanto àquilo que tem a ver com as despesas de manutenção e outras. Não lhe parece que os seguros das escolas primárias, com exceção da de Armamar, sejam da obrigação do município. Quanto à intervenção de Sara Gouveia, corroborou do que foi dito quanto à melhoria na elaboração documento e está a fazer-se um caminho para que estas reservas deixem de estar vertidas na Certificação Legal de Contas, acreditando que no próximo ano muitas delas não aparecerão. Em relação ao PAEL disse que todos sabem que nunca se cumpriram os critérios que foram definidos no mesmo e Paulo Tolda, podia ter referido que, um dos critérios, para além da redução dos custos com pessoal, era a aplicação das taxas máximas em todos os impostos municipais e não ter falado, apenas, naquilo que não se cumpre, pela negativa. Há que falar, também, naquilo que beneficia, diretamente, os munícipes. Esta situação do PAEL está a terminar e de certeza que não será uma das reservas, do auditor, no futuro. Em termos de dívidas a fornecedores, disse que as mesmas, se devem ao facto de terem transitado de 2022, para 2023, obras de grande peso financeiro. A transição destes valores tem a ver com faturação de finais de dezembro que só foi liquidada em janeiro de 2023. Em termos de documento financeiro há uma diminuição de cerca de € 122.000,00, no que respeita às despesas de capital mas, efetivamente, se continuássemos a classificar despesas efetivas de capital e investimento, como é o caso da Igreja, este valor seria superior ao do ano anterior. Em relação à agricultura, Paulo Tolda referiu-se ao investimento do município, nesta área, mas deu a resposta. Todos sabem que não se gastaram € 200,00 na agricultura, basta olhar para o apoio que o município deu, através de subsídio, à



Cooperativa Agrícola de Armamar para instalação dos canhões anti granizo. Concorde que existem algumas deficiências em verter para o documento obras por administração direta de manutenção de caminhos rurais e outros. Quanto aos investimentos nas freguesias, ou o apoio do município às mesmas, disse que são disponibilizados equipamentos e material e não há a intencionalidade do não cumprimento de algumas situações para encobrir o que quer que seja. Os apoios às freguesias são discutidos com os senhores presidentes de junta de freguesia e o município quando entende que é relevante apoiar, fá-lo. No que respeita à transferência de competências, na educação já estavam em pleno, na ação social foi imposta e na saúde, grande parte dos municípios já as assumiram. Nesta matéria houve negociações com os autarcas e a possibilidade de se discutir quais as competências que passariam para os municípios, assim como as verbas a transferir por força das mesmas. No caso de Armamar, há um ponto importante a acrescentar relacionado com o facto de, neste acordo de transferência de competências, estar alocada uma verba do PRR, de cerca de € 1.100.000,00, para a construção do novo centro de saúde. -----

Paulo Tolda veio dizer que face a tudo o que foi dito e a todas as dúvidas levantadas, inclusive à postura do senhor presidente da câmara relativamente ao facto de ter assegurado que não tem conhecimento de qualquer violação ao Código dos Contratos Públicos, era importante que o representante do auditor externo prestasse algum esclarecimento, hoje, ou em reunião específica para o efeito. Relativamente ao apoio às freguesias lembrou que o senhor presidente diz que não há discriminação de umas em relação a outras mas na verdade faltam os documentos que comprovem aquilo que foi dado a cada uma delas. Lembrou, ainda, que os apoios às freguesias são da competência da Assembleia Municipal. -----

António Lareiro disse comungar da opinião de Paulo Tolda quanto aos esclarecimentos por parte do representante do revisor oficial de contas. Quanto às



questões que colocou ao senhor presidente, concretamente sobre os seguros, queria saber se tem havido concursos e consultas a outras seguradoras. Isto porque o que se tem verificado, nos últimos anos, é que tem sido sempre a mesma seguradora a prestar esse serviço ao município. -----

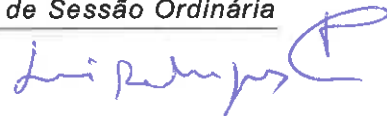
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou a assembleia quanto aos pedidos de se ouvir o Revisor Oficial de Contas e todos concordaram que este viesse prestar alguns esclarecimentos. -----

Revisor Oficial de Contas começou por dizer que, para quem está a analisar o documento, parecem muitas reservas mas muitas delas são mais técnicas. Relativamente à primeira, disse que já vem de anos anteriores e é pacífica, comum a quase todos os municípios. A segunda, prevê que no próximo ano irá ser ultrapassada e tem a ver com situações do SNC-AP e, ainda, foi uma insuficiência relativamente ao ano anterior. O ponto três, também, tem sido uma reserva muito transversal a vários municípios e tem a ver com a situação dos acordos de concessão. É difícil quantificar esta matéria, prevendo que vai ser difícil concluir este terceiro ponto no próximo ano. Relativamente à quarta reserva, que tem levantado bastante celeuma, em conversa com a equipa de auditoria percebeu que a mesma surge em 2020 e vem associada a situações que identificaram na altura. Disse que trabalham por amostra e nos trabalhos de amostragem que foi feito, nesse ano, detetaram alguns serviços cujos requisitos de contratação pública não estavam, adequadamente, estabelecidos. Houve três situações, mais relevantes, da RESUR, de Alvarim e da Ediprova. O que pode transmitir, neste momento, é que em 2021 e 2022 não detetaram mais situações, mas não podem tirar uma reserva que vem do passado e está associada à primeira que é a situação da verificação física. Não conseguiram determinar com objetividade se existem outras coisas que estão já no ativo da empresa ou que deveriam estar e não estão. Estas duas situações carecem de um grande trabalho da parte administrativa do município. Quanto à reserva cinco, é uma

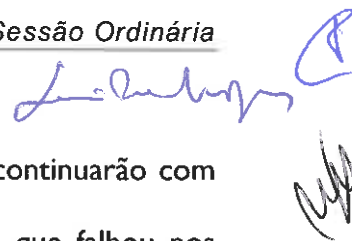


reserva técnica, perfeitamente ultrapassável. Disse que enquanto revisores do município têm o dever de solicitar o trabalho da chamada componente, ou seja, o município tem uma participação na Armamar Viva, S.A. e quanto a isso o seu colega mandou a informação necessária para poderem opinar sobre a participação financeira, só que da leitura do anexo às contas detetaram uma insuficiência que foi a determinação do justo valor de um imóvel que está nessa participação. Mediante isso entenderam colocar uma reserva porque é uma reserva por desacordo. Entendem que a participada deveria divulgar o justo valor da sua propriedade e investimento, o que não aconteceu. Falando destas reservas todas algumas poderão ser, completamente, ultrapassadas. Falou-se, aqui, muito e houve uma situação à qual o município devia dar mais valor, que é a leitura de uma peça financeira, de que não ouviu ninguém falar. A demonstração dos fluxos de caixa à qual deve ser dada alguma atenção nos próximos eventos. -----

Vereador António Silva, cumprimentou os presentes e em relação ao esclarecimento do revisor disse que este referiu que fazem a auditoria por amostra e é bom que o façam dessa forma. O facto de não conhecer a pessoa que esteve a falar reflete o processo de transparência e a forma como o município lida com a empresa. A mesma é contratada e deve exercer as suas funções, independentemente do trabalho interno. Agradeceu a presença do representante do Revisor Oficial de Contas e disse que, ele próprio, solicitou ao senhor presidente da câmara que o convocasse, pois, a assembleia merece ser esclarecida. Concorde que os assuntos expressos no relatório tenham a maior clareza possível. Todos ouviram as suas explicações e, se calhar, estão em falta um ou dois casos que foram denunciados às estâncias. Sobre isso, por uma intervenção que aconteceu recentemente, em que participou, disse que em sessenta anos de idade nunca se viu envolvido nestas situação mas todos estão sujeitos, restando esperar pelos resultados tendo a possibilidade de se defenderem e ver se os participantes ou denunciantes, também, vão dizer outras verdades. Disse que não deixa de estar



preocupado com a situação mas fará questão, na altura própria, entre outras testemunhas, os arrolar se estiverem disponíveis e se tiverem a coragem de ir como suas testemunhas de defesa. Espera que depois estejam lá para dizer a verdade porque existe um contrato que desde o início teve a sua preocupação, enquanto responsável pelo pelouro financeiro, para que tudo corresse devidamente. Quer os colegas do executivo, quer os membros da assembleia presenciaram uma intervenção sua, no passado, e sabem o que se passou e se quiserem defender, a bem da verdade e dos armamarenses, que o façam. Quando falam em algumas situações “quem não se sente, não é filho de boa gente”, não querendo dizer que isso o deixa nervoso nem instável mas sente-se inconformado com algumas injustiças porque neste país parece que não vale a pena ser sério mas, até prova em contrário, vai continuar a sê-lo. Como fez no seu primeiro ato de posse, em que fez um juramento, apesar de gostar pouco jogar, agora, perante a assembleia jurou solenemente que nunca irá fazer nada para contrariar os princípios e valores que defende, principalmente, por aqueles que confiaram em si, os armamarenses. Apesar de haver alguns que não confiam, a esses, o mal que lhes deseja é que não lhes aconteça o que lhe aconteceu a si. Relativamente à auditoria, lembrou uma situação que se passou, há dois ou três anos, numa assembleia, por esta altura, em que esteve ausente, e faltou o relatório do revisor de contas e foi-lhe imputada alguma responsabilidade porque não quis assinar a carta que enviaram por não concordar com o que estava escrito e o relatório só foi enviado porque teve de se dirigir a Viseu para o assinar mas deixou referido que a partir daquele momento toda e qualquer situação detetada fosse reportada ao executivo e, até hoje, isso nunca foi feito. Disse que estranhou que, este ano, quando foi enviado o Draft o responsável da empresa ou algum representante antes de emitir o documento não se disponibilizasse para vir falar com o executivo e esclarecer as situações, pois evitaria ter de as vir esclarecer, agora, se viessem, devidamente, discriminadas. Contudo, o facto de ser alguém de fora a explicá-



las é positivo para não continuarem a duvidar. Provavelmente, alguns continuarão com dúvidas continua muito tranquilo. Primeiro, porque não explicaram o que falhou nos procedimentos e depois existe uma declaração dos chefes de divisão a dizer que não têm conhecimento de qualquer incumprimento em matéria de contratação pública. No caso de existir quis deixar ressalvado que não assume qualquer responsabilidade quanto a isso e irá fazer com que se levantem procedimentos disciplinares e de responsabilidade. O revisor já esclareceu, são assuntos que já foram abordados e o senhor deputado escusa de ter o trabalho de denunciar ou de participar porque isso já aconteceu. Recomendou-o a fazer outra participação referente aos valores que se deram para a agricultura, para a Cooperativa Agrícola de Armamar, num apoio que, também, votou favoravelmente para que fosse antecipado 50% do valor do valor, podendo vir a ser penalizado por isso. Na altura apresentou reservas e procurou ser esclarecido, mas sobre isso não falam. Quantos aos restantes 50%, no que depender da sua pessoa, enquanto não houver esclarecimentos das dúvidas, por si, levantadas, por parte das devidas entidades, votará contra e depois que não venham dizer que está contra os fruticultores. Disse que o senhor deputado também está numa câmara e o mal que lhe deseja é que nas suas funções não aconteça aquilo que “nos” aconteceu. -----

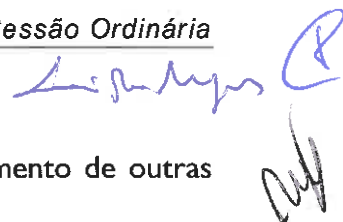
António Lareiro em relação à intervenção do vereador António Silva, pelas suas palavras, deu a entender que tem um processo sobre o seu desempenho como vereador, pelo que perguntou se assim é. -----

Paulo Tolda uma vez que foi visado na intervenção do senhor vereador António Silva disse que é lamentável a sua intervenção por várias razões. Primeiro, porque a denuncia não foi feita, a nenhuma pessoa, em particular mas à atuação do executivo em conjunto e, naturalmente, dentro deste haverá pessoas com determinadas responsabilidades que terão, ou não, de ser visadas no processo. A denuncia foi feita porque compete à assembleia, quer seja da oposição, quer do próprio partido, fiscalizar a atividade da



Câmara Municipal. Sobre isso disse-se, completamente, tranquilo e não tem qualquer problema em assumir e o senhor vereador não o intimida, nem ameaça em situação alguma, até porque essas irregularidades foram reconhecidas na assembleia. O senhor presidente da câmara reconheceu que não cumpriram a contratação pública e se isso vai dar origem a processo-crime e ter consequências, não sabe, nem lhe compete dizer, cabendo às autoridades fazer a investigação e tomar as decisões que entenderem. Disse que começa a ficar preocupado porque há um ditado que diz “*quem não deve não teme*” e vê o senhor vice-presidente muito preocupado neste processo. Ao contrário do que diz, como dirigente de uma entidade também tem responsabilidades e sempre as assumirá. Se um dia houver alguma situação que lhe seja imputada, por algum incumprimento que lhe seja devido, no âmbito das suas funções, não tem problema algum em assumir. Não percebe como é que o senhor vice-presidente interpela um membro da assembleia para falar de questões que são alheias à assembleia. Se tiver conhecimento de alguma situação que em São João da Pesqueira não está bem, pode e deve reportá-la. Terminou, dizendo que ainda bem que hoje é dia 25 de abril e que é o dia da Liberdade e enquanto estivermos em democracia, tudo fará e pugnará por defender os interesses desta casa quantas vezes forem necessárias. -----

Vereador António Silva em relação à interpelação de António Lareiro disse que foi esclarecedor que foi envolvido num processo. Não há acusação e está à espera de se poder defender. Relativamente ao que foi dito por Paulo Tolda lamenta a forma como se dirigiu a si porque não é pessoa de ameaças nem está no México, nem na Sicília, está em Portugal, em Armamar, e não fez, aqui, qualquer ameaça. Disse a Paulo Tolda que este sabe que tem muita consideração e respeito por ele e não entende as suas palavras. Mas mais uma vez disse que “*quem não se sente não é filho de boa gente*”. O senhor como representante do seu grupo assumiu que participou às entidades competentes os processos e está no seu direito e o 25 de abril também é para isso. Disse que as



palavras que proferiu foram “olhos nos olhos” e aconteceram no seguimento de outras que foram ditas, por Paulo Tolda, na sua intervenção e perguntou onde é que o na sua intervenção o ameaçou. Só o desafiou para que, na altura própria, se o arrolar como testemunha, assim como aos senhores vereadores, vão dizer a verdade sobre as responsabilidades que assumiu numa assembleia. Disse que não está preocupado e não sabe se vai poder defender-se, dado o tempo que vai decorrer até à conclusão deste processo, e lamenta ter sido acusado de o ter ameaçado. Ainda bem que é dia 25 de abril para se poder dizer o que se quer, desde que não se ultrapasse os limites. -----

Deliberação: Aprovado, por maioria, com 5 votos contra (a saber: Paulo Tolda, Alice Nogueira, Flávia Laranjeira, Luís Silva e presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Rui Fernandes) e 2 abstenções (a saber: presidente da junta de freguesia de Queimadela, Emmanuel Galvão e António Lareiro). -----

5) Demonstrações previsionais 2023 – Primeira alteração orçamental modificativa (Revisão Orçamental) (cujá cópia passou a constituir o anexo V à ata)

Presidente da câmara municipal referiu que esta primeira alteração orçamental modificativa, não é mais do que a incorporação do saldo da gerência anterior, no orçamento de 2023, distribuído pelas rubricas que se encontram na proposta. -----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

Luís Silva cumprimentou os presentes e questionou relativamente aos motivos que, aparentemente, justificam esta alteração orçamental. É dito nos dois primeiros pontos que estará em causa a necessidade de reforçar a despesa, por força de um maior investimento, de cerca de € 530.000,00, na obra adjudicada e em curso de construção do pavilhão gimnodesportivo e de € 140.000,00 na obra também adjudicada e em curso da requalificação da adega cooperativa de Armamar. Despesas essas que, segundo o que está escrito, dirão respeito a trabalhos complementares e erros e omissões. Para quem não sabe, segundo o Código dos Contratos Públicos que vai passar a denominar de



CCP, trabalhos complementares e erros e omissões são dois tipos de despesas completamente distintas. Erros e omissões são circunstâncias que venham a ser diagnosticadas, que decorram de erros ou omissões do projeto de execução e trabalhos complementares serão despesas que a entidade adjudicante e o dono de obra entendam fazer durante o decurso da obra para valorizar e beneficiar toda a obra em curso. Aqui, estarão em causa as duas situações. A sua questão é saber qual é a percentagem destes valores em relação ao investimento adjudicado. Depois, é importante saber que o CCP prevê que estes erros e omissões sejam apurados na fase de concurso, onde é possível introduzir alterações ao projeto e por consequência a estimativa orçamental da despesa, pelo que gostaria de saber se os mesmos surgiram nessa fase, ou posteriormente, nos primeiros vinte a trinta dias após o auto de consignação. Vem dizer isto porque a responsabilidade destes erros e omissões pode não ser do dono de obra. Gostava de saber se estão esgotadas todas as possibilidades para apurar se estes erros e omissões são responsabilidade do projetista ou até do empreiteiro. Disse que acredita que o senhor presidente não tenha respostas para tudo mas o próprio CCP, também, prevê a figura do gestor do contrato e esse deveria e poderia dar a resposta a estas questões. Como todos já perceberam o que está em causa é uma preocupação do seu grupo municipal que estas obras se venham a tornar poços sem fundo num conjunto de derrapagens. Trata-se de uma obra que todos anseiam e que está a correr muito bem mas não querem chegar ao fim e concluir que ela custou muito mais do que estava previsto. -----

António Lareiro observou que ter um saldo no final do ano de € 1.000.000,00 dá para fazer uma revisão orçamental deste valor não tendo em conta receitas extraordinárias. Entende que houve uma certa incapacidade, durante 2022, em não gastar o dinheiro que previam. Se na previsão das receitas há uma execução de cerca 85%, no ano de 2022, o que falha é a execução que ficou para além dos 76% do ano anterior. Não só os



membros da assembleia, como pessoas de fora, vêm lembrar o estado das estradas e dos caminhos rurais. Em sua opinião este saldo deveria ter sido utilizado em obras, como saneamento e tratamento de águas residuais que, infelizmente, continua a ser um problema primário que deveria ter sido resolvido há muitos anos e continua a ser um grave problema no concelho. Questionou sobre a construção de um campo de Pádel, concretamente onde vai ser instalado. -----

Presidente da câmara municipal em relação à intervenção de Luís Silva agradeceu a forma muito esclarecedora com que definiu o que são trabalhos complementares e erros e omissões. Disse que os erros e omissões ou a verba que está prevista é isso mesmo, uma previsão. Em relação à percentagem dos erros e omissões, no valor global, da obra correspondem a cerca de 17%. Há várias fases que os intervenientes têm para poder vir argumentar os erros e omissões, a fase do projeto ou antes da adjudicação e depois as situações que surgem em obra ou que em termos de projeto não foi possível determinar. Neste caso, existem três situações, as que se detetaram que são erros do projeto, outras que não estavam, devidamente, definidas ou esclarecidas em termos de mapas de quantidades e no próprio caderno de encargos. No caso do pavilhão existem situações que o gestor do contrato entende que são erros e omissões no projeto e têm de ser da responsabilidade do projetista, outros que fazem sentido e aí terá de ser o município a suportar e há outros que entende serem da responsabilidade do empreiteiro. Essa análise está a ser feita e o que competir ao dono de obra terá de ser este a assumir, o que não lhe competir terão de assumir o empreiteiro ou o projetista. Aproveitou para dar os parabéns ao novo técnico municipal ligado às obras públicas porque tem feito um excelente trabalho. Quanto à intervenção e António Lareiro disse que já tinha explicado o porquê de se ter passado o ano com este saldo orçamental de 1,18 milhões de euros. Referiu que isso é um princípio e foi assumido na assembleia que uma das prioridades em termos de gestão municipal é liquidar e extinguir a PPP. Não

está em causa incapacidade para gastar as receitas ou para fazer investimento porque mesmo que não fosse esse o caso haveria muito onde gastar o dinheiro, como por exemplo, liquidar os financiamentos bancários. É uma opção política que se assumiu e entende-se que este saldo de gerência é imprescindível para atingir os objetivos propostos. -----

Quanto à localização do campo de Pádel fez saber que será no recinto do parque infantil de Armamar, ao lado do atual polidesportivo e, entretanto, já se avançou com o procedimento para a instalação de um novo parque infantil no recinto do jardim de infância que ficará de uso público. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Forma de votação -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às treze horas e dez e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:



Primeiro secretário:



Segundo-secretário:

